

# Programa de extensão ACONCHEGO: “Pote das emoções” e o cuidado biopsicossocial familiar

*Extension Program ACONCHEGO: “Jar of Emotions” and biopsychosocial family care.*



**Ana Luisa de Moura e Silva<sup>1</sup>, Elaine Cristina Dias Franco<sup>2</sup>, Isabella Mendes Rocha<sup>3</sup>, Júlia Maria Batista Lima<sup>4</sup>, Karina Araújo Alves Silva<sup>5</sup>, Larissa Stefanny Costa Gontijo<sup>6</sup>**

## RESUMO

A institucionalização busca assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes. No entanto, compreende-se que a família, é a organização primordial para o pleno desenvolvimento biopsicossocial desses indivíduos, por meio da criação de vínculos afetivos e da construção de subjetividades que moldam suas identidades. Por isso, a prioridade protetiva é a reinserção familiar, processo que exige ferramentas de compreensão e intervenção para restaurar a estrutura familiar. Este relato de experiência tem como objetivo descrever a intervenção “Pote das Emoções” realizada com uma família acompanhada pelo Programa de extensão ACONCHEGO. A análise foi conduzida a partir de uma família acompanhada em 2023, onde se evidenciou a importância de uma abordagem lúdica, com o “Pote das Emoções”, centrada no autocontrole e na inteligência emocional, em relação à figura materna. Os resultados mostraram um progresso significativo na capacidade da mãe de lidar com suas emoções, o que contribuiu para melhorar a comunicação e as relações familiares.

**Palavras-chave:** Família. Institucionalização. Criança institucionalizada. Cuidado.

<sup>1</sup> Acadêmica em Enfermagem. Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Divinópolis, Minas Gerais, Brasil. E-mail: analuisademoura.ufsj@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-8352-8076>

<sup>2</sup> Doutora em Enfermagem. Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Divinópolis, Minas Gerais, Brasil. E-mail: elainefranco1@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8744-7726>.

<sup>3</sup> Acadêmica em Medicina. Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Divinópolis, Minas Gerais, Brasil. E-mail: isabellamrocha12@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6019-9031>

<sup>4</sup> Acadêmica em Enfermagem. Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Divinópolis, Minas Gerais, Brasil. E-mail: enfjuliamb@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-8326-8802>

<sup>5</sup> Acadêmica em Enfermagem. Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Divinópolis, Minas Gerais, Brasil. E-mail: karinaaraaujoalvess@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-5515-1864>

<sup>6</sup> Acadêmica em Enfermagem. Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Divinópolis, Minas Gerais, Brasil. E-mail: larissastefanny@outlook.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0923-8598>

## ABSTRACT

Institutionalization seeks to ensure the full protection of children and adolescents. However, it is understood that the family is the primary organization for the full biopsychosocial development of these individuals, through the creation of affective bonds and the construction of subjectivities that shape their identities. Therefore, the protective priority is family reintegration, a process that requires understanding and intervention tools to restore the family structure. This experience report aims to describe the “Pote das Emoções” intervention carried out with a family accompanied by the ACONCHEGO extension program. The analysis was conducted based on a family followed in 2023, which highlighted the importance of a playful approach, with the “Pot of Emotions”, centered on self-control and emotional intelligence, in relation to the maternal figure. The results showed significant progress in the mother's ability to deal with her emotions, which contributed to improving communication and family relationships.

**Keywords:** Family. Institutionalization. Child, Institutionalized. Care.

## INTRODUÇÃO

A infância e a adolescência são fases fundamentais do desenvolvimento humano, marcadas por descobertas e desafios, exigindo proteção para garantir um crescimento saudável e sem prejuízos (Carvalho, 2024). Nesse contexto, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, consolidou diretrizes para assegurar os direitos dos menores de 18 anos, enfatizando a responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado (Brasil, 1990). Esse marco legal reflete uma mudança significativa na abordagem jurídica e social, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos plenos de direitos e não meros objetos de tutela. Entre seus princípios, destaca-se a prioridade absoluta, que orienta a formulação de políticas públicas e decisões institucionais, garantindo que seus interesses sejam sempre priorizados (Kramer et al., 2020).

Além de garantir o acesso à saúde, educação, convivência familiar e comunitária, dignidade, respeito e liberdade, a legislação também impõe deveres a pais, responsáveis e ao Estado, estabelecendo medidas protetivas e socioeducativas para situações de vulnerabilidade e violação de direitos (Brasil, 1990). Entre essas medidas, destaca-se o acolhimento institucional, acionado quando a família não dispõe de condições adequadas para assegurar o desenvolvimento e a segurança da criança ou

adolescente. No entanto, trata-se de uma medida excepcional e temporária, com prioridade na manutenção dos vínculos familiares e na reinserção na família de origem sempre que possível (Fávero et al., 2020).

A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil representa um desafio complexo que envolve aspectos sociais, psicológicos e jurídicos. Embora muitas vezes necessária em casos de negligência, violência doméstica ou abandono, a permanência prolongada em instituições pode impactar negativamente o desenvolvimento emocional e social. Estudos indicam que menores acolhidos podem apresentar dificuldades de aprendizagem, baixa autoestima e desafios na construção de vínculos afetivos estáveis, além da possível carência de estrutura física e de programas educacionais adequados ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades (Oliveira et al., 2019).

A família, independentemente de sua configuração, desempenha um papel essencial no desenvolvimento infantil e juvenil, proporcionando suporte emocional e facilitando a socialização (Silva et al., 2020). Contudo, dificuldades estruturais e relacionais podem comprometer essa função, tornando necessária a intervenção estatal. Modelos familiares têm se diversificado ao longo dos anos, incluindo famílias monoparentais, recompostas, extensas e adotivas, refletindo novas dinâmicas sociais que precisam ser consideradas na formulação de políticas de proteção à infância e adolescência (Monteiro et al., 2020).

O acolhimento pode ocorrer em diferentes formatos, como casas-lares e repúblicas, com equipes especializadas responsáveis por garantir o bem-estar das crianças e adolescentes (Czelusniak et al., 2023). Entretanto, apesar da previsão legal de que seja uma medida temporária, muitas crianças passam anos institucionalizadas, perdendo a vivência familiar e comunitária. Essa realidade ressalta a importância de políticas públicas eficazes que promovam o fortalecimento dos vínculos familiares e ofereçam suporte adequado às famílias em situação de vulnerabilidade (Franco et al., 2024).

Nesse cenário, destaca-se o Programa ACONCHEGO, iniciativa que, desde 2021, atua no fortalecimento de famílias de crianças e adolescentes acolhidos, promovendo espaços de escuta, diálogo e apoio. O programa busca facilitar a

reintegração familiar, auxiliando as famílias no enfrentamento das dificuldades que levaram à institucionalização. Compreende-se que essa abordagem não só contribui para o desenvolvimento biopsicossocial das crianças e adolescentes acolhidos, mas também favorece a construção de um ambiente familiar mais estruturado e acolhedor. Este artigo tem como objetivo apresentar as intervenções realizadas pelo Programa ACONCHEGO junto às famílias dos acolhidos, evidenciando sua relevância na promoção da convivência familiar e comunitária, bem como os desafios enfrentados nesse processo.

## MÉTODO

Trata-se de um relato de experiência descritivo, fundamentado nos registros dos membros do Programa ACONCHEGO, que busca detalhar as estratégias utilizadas para o acompanhamento e empoderamento familiar. A análise é conduzida a partir da identificação subjetiva das necessidades individuais de cada família, conforme propõe Paulo Freire, que destaca a importância de conhecer profundamente as realidades e necessidades dos indivíduos antes de qualquer intervenção ou ação educativa (Freire, 2018).

O programa acompanha famílias de crianças e adolescentes institucionalizados, selecionadas com base nas demandas encaminhadas pelas equipes técnicas das casas de acolhimento, compostas por assistentes sociais, psicólogos e coordenadores. A escolha considera o grau de vulnerabilidade e a necessidade de apoio, sendo definida em reuniões semestrais entre os profissionais das instituições e os membros do programa.

As visitas domiciliares periódicas são o principal meio de acompanhamento, possibilitando a compreensão do contexto vivido pelas famílias, suas fragilidades e potencialidades. Esse processo se dá por meio de um olhar integral, humano e acolhedor, que favorece a criação de laços de confiança (Quirino et al., 2020). Após cada visita, os participantes registram suas percepções subjetivas nos diários de campo, articulando-as com os referenciais teóricos que fundamentam as atividades. Os dados são tratados por meio de análise temática, considerando as reflexões dos participantes e suas conexões com a literatura científica.

O Programa ACONCHEGO investe na construção de novos padrões de relacionamento familiar e no fortalecimento dos aspectos psicossociais. Inspirado no Ciclo de Cultura de Paulo Freire, realiza encontros individuais nas residências das

famílias, criando um espaço de diálogo para que suas necessidades sejam expressas e reconhecidas. Essas ações são desenvolvidas em parceria com as equipes das casas de acolhimento e a rede de atenção, e incluem estratégias educativas que promovem a autoestima, a valorização das subjetividades e a interação social das crianças e adolescentes institucionalizados (Freire, 2015).

Em 2023, durante quatro visitas domiciliares a uma família nuclear, evidenciou-se a importância de uma abordagem centrada no autocontrole e na inteligência emocional, especialmente em relação à figura materna. A intervenção baseou-se no referencial teórico de Daniel Goleman, que destaca a relevância de reconhecer e compreender as próprias emoções para o desenvolvimento da inteligência emocional (Goleman, 1995).

O trabalho respeitou os princípios éticos de confidencialidade e respeito, preservando o anonimato dos envolvidos e a identidade da família acompanhada.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

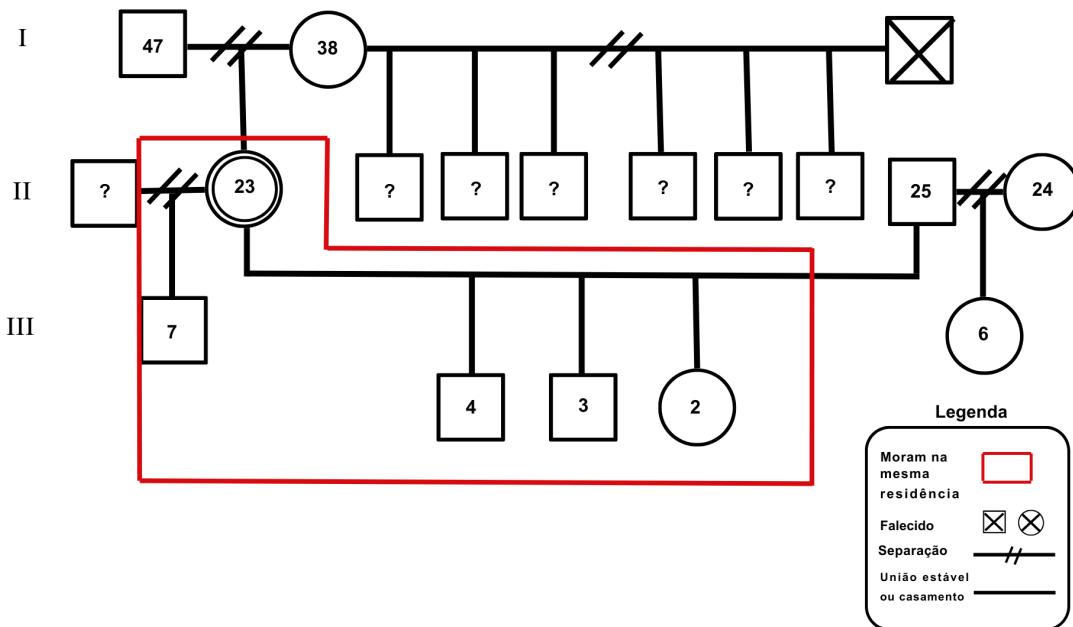
No horizonte dos fatores relacionados ao desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes, o qual está interligado ao contexto familiar, observa-se que a construção das relações nesse ambiente está relacionada com interações entre pessoa, processo, situação e tempo (Dourado et al., 2019). Nesse sentido, a criação dos laços proximais se dá através das pessoas envolvidas, da história construída por esse grupo e das ligações subjetivas do sujeito em relação ao seu contexto (Freitas et al., 2020). Por isso, há uma relação direta entre a família e o desenvolvimento humano (Santos et al., 2022). Entretanto, para Furlan e Lima (2021), a institucionalização é um fator contrário à psicologia do desenvolvimento, dificultando o processo gerador de vínculos, onde o cuidador não possui o cuidado centrado apenas em um indivíduo, mas sim abrangente, o que corrobora para relações instáveis e fragilização no plano psíquico-emocional (Nogueira; Deslandes; Constantino, 2024). Dessa maneira, a primazia protetiva, segundo o ECA (1990), é a reinserção familiar, de crianças e/ou adolescentes.

Nesse cenário, para um processo de reintegração familiar sólido, onde se compreenda os padrões de interação e a presença de fatores de risco, é necessário compreender o contexto parental (Salvagni; Pedrosa, 2021) através de visitas domiciliares, as quais compõem importantes estratégias para a promoção de laços confiáveis (Quirino et al., 2020), além de instrumentos técnicos, como o genograma e o

ecomapa, que permitem a delimitação da configuração e rede proximal da família (Barbosa; Zanetti; Souza, 2021). O uso destes métodos contribui para uma reinserção eficaz, onde a promoção e a intervenção no cuidado são estimuladas. Cabe destacar que esse acompanhamento é realizado pela equipe técnica das Casas de Acolhimento, bem como por programas extragovernamentais, destacando-se a influência do Programa ACONCHEGO no monitoramento individual e personalizado para cada família, assegurando que suas fragilidades sejam devidamente assistidas.

Neste viés, o Programa ACONCHEGO acompanhou ao longo de quatro visitas, em 2023, uma família, nomeada neste manuscrito como "Girassol" para preservar a sua confidencialidade. A configuração parental dessa família é composta por uma mãe, intitulada como “Margarida”, de 23 anos, atualmente solteira, que atravessou um divórcio conturbado, marcado por episódios de agressão e hostilidade. Dessa união resultaram três filhos: dois meninos, de quatro e três anos, e uma menina de dois anos. Além disso, fruto de um relacionamento anterior da mãe, há um menino de sete anos. Por parte do ex-companheiro, existe também uma menina de seis anos, fruto de um casamento anterior dele. Margarida possui seis irmãos, mas não tem uma relação próxima com eles, assim como também não tem um vínculo estreito com a própria mãe, embora classifique essa relação como boa.

Figura 1- Genograma- Família Girassol

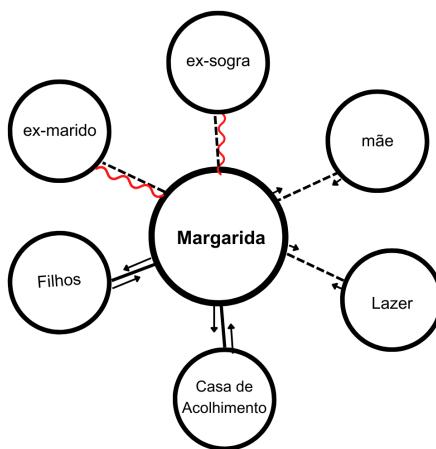


Fonte: Acervo do Programa ACONCHEGO.

É importante ressaltar que os três meninos foram temporariamente institucionalizados. Margarida relatou que a medida foi decorrente de seus gritos excessivos e de castigos físicos aplicados nas crianças. Atualmente, ela afirma buscar alternativas mais saudáveis, como a adoção do “cantinho do castigo”. Cabe salientar que o filho mais velho, de sete anos, apresenta o Transtorno Opositor Desafiador (TOD), à época do diagnóstico a mãe não possuía conhecimento sobre o transtorno e, anteriormente, utilizava estratégias inadequadas, como gritos e agressões, para lidar com os episódios de crise da criança.

Durante as quatro visitas domiciliares realizadas pela equipe, foram observadas dificuldades da Margarida em lidar com situações desafiadoras, especialmente em momentos de desobediência ou contrariedade por parte dos filhos, onde adotava medidas de castigo verbais e físicos, os quais não eram resolutivos, evidenciando estresse e desordem emocional. Também foi notória a ausência de um diálogo efetivo entre a mãe e as crianças, além de escassos momentos de lazer em família, os quais se limitavam a visitas esporádicas em uma pracinha local. Paralelamente, foi constatado que a mãe mantém relações conturbadas com seu ex-marido, intitulado “Cravo”, e com a família dele, o que afeta o ambiente emocional familiar. A inserção social interna e externa da família e sua rede de suporte está representada no Ecomapa a seguir:

Figura 2 - Ecomapa



**Legenda:**

Ligação forte:	—	Energia gasta pelas partes pra se ter a relação (quanto maior a seta maior a energia gasta):	→
Ligação mediana:	—		
Ligação muito fraca ou inexistente:	-----		
Relação conflituosa:	~~~~~		

Fonte: Acervo do Programa ACONCHEGO.

Diante desse contexto, ressaltou-se a importância de implementar uma estratégia voltada para a autogestão emocional da mãe, já que a aplicação deste tipo de intervenção estimula o reconhecimento e o manejo adequado das emoções, tornando-se possível a restauração e o fortalecimento dos laços familiares, que podem ter sido prejudicados pela experiência da institucionalização (Franco et al., 2024).

A capacidade dos pais de lidar com os conflitos de forma construtiva e emocionalmente inteligente melhora as interações familiares e contribui para o desenvolvimento psicológico e educacional de crianças (Silva et al., 2020). Assim, investir na habilidade de manejear conflitos de maneira eficaz é essencial para a resolução de problemas cotidianos, bem como a promoção do equilíbrio emocional e afetivo no lar (Ferreira; Fonseca; Nunes, 2023).

A gestão emocional refere-se à capacidade de conhecer e compreender os próprios sentimentos, identificando suas causas e, a partir disso, analisar racionalmente o comportamento e as decisões subsequentes. Ou seja, é a habilidade de reconhecer, expressar e administrar as emoções de maneira eficaz. Desse modo, esse processo possibilita o fortalecimento do autocontrole emocional, permitindo o gerenciamento adequado de sentimentos desafiadores, como a raiva e a tristeza (Silva 2020; Silva, 2023; Goleman, 1995).

Nesse contexto, foi implementada uma intervenção conhecida como "Pote das emoções" nesta família. O projeto consistiu na criação de um pote personalizado contendo vinte papéis, dos quais dez representavam emoções básicas como alegria, tristeza, raiva, medo, ansiedade, tédio, vergonha, nojo, confiança e tranquilidade, associadas às experiências pessoais da mãe. Os outros papéis continham a pergunta "Como você se sente hoje e por quê?". Essa dinâmica foi apresentada pela equipe ACONCHEGO, que explicou o processo de identificação e compreensão das emoções com base na teoria de Daniel Goleman (1995). Tendo em vista que, as emoções são geradas de forma momentânea e envolvem manifestações fisiológicas do corpo, como sudorese e até desconforto estomacal (Silva, 2023; Goleman, 2012). Essas reações são interpretadas pela mente humana e denominadas sentimentos (Silva, 2020).

Ao longo do acompanhamento “Margarida” demonstrou resistência e estranhamento. Relatou que nunca havia parado para refletir sobre seus próprios sentimentos e que, por isso, sentia dificuldade em expressá-los com palavras. Para ela, escrever sobre emoções parecia algo distante da sua realidade cotidiana, marcada por reações impulsivas diante dos desafios maternos. Contudo, ao se permitir vivenciar a proposta, começou a perceber o conforto que esse momento de introspecção lhe proporcionava. Com o tempo, afirmou sentir que os exercícios a ajudavam a identificar o que realmente sentia e de onde vinham aquelas emoções, permitindo que ela se sentisse menos sobrecarregada e mais no controle de si mesma.

Essa transformação vivida pela mãe reflete o que Goleman (1995) destaca como o primeiro passo da inteligência emocional: reconhecer e nomear as próprias emoções. Para o autor, esse processo de identificação é essencial para que se possa compreender as causas do que se sente e, a partir disso, agir de maneira mais racional e equilibrada, mesmo diante de situações de estresse ou conflito. Margarida passou a perceber que sentimentos como raiva ou tristeza não surgiam do nada, mas estavam ligados a contextos específicos, e que compreendê-los lhe dava maior autonomia emocional. Assim, o “Pote das Emoções” tornou-se para ela um espaço seguro de expressão e elaboração afetiva, contribuindo para o fortalecimento de vínculos com os filhos e para o desenvolvimento de um ambiente familiar mais acolhedor.

Figura 3 - “Pote das emoções”



Fonte: Acervo do Programa ACONCHEGO.

Dessa maneira, o fortalecimento do autoconhecimento e da inteligência emocional não apenas contribuiu para restaurar os vínculos afetivos, mas revelou-se

uma estratégia de reconstrução subjetiva diante das marcas da institucionalização. No entanto, como apontam Furlan e Lima (2021), os desafios emocionais persistem quando o suporte oferecido é insuficiente frente à complexidade do contexto familiar. Ainda que a proposta do Programa ACONCHEGO tenha promovido avanços, o caso evidencia a necessidade contínua de acompanhamento e redes de apoio efetivas, como reforçam Franco et al. (2024) e Silva (2023). Como defende Goleman (1995), compreender as emoções é apenas o começo de uma jornada que exige constância e mediação humanizada para gerar transformações duradouras.

## CONCLUSÃO

No cotidiano do ACONCHEGO destaca-se a importância do cuidado biopsicossocial no processo de reintegração familiar de crianças e adolescentes institucionalizados. A partir de um acompanhamento centrado em visitas domiciliares e na escuta ativa das famílias, é possível compreender suas necessidades emocionais e promover ações que visem o fortalecimento dos vínculos afetivos.

A visita domiciliar permite uma compreensão profunda das dinâmicas familiares, possibilitando intervenções eficazes e personalizadas. O dialogismo horizontal, proposto por Freire (2018) promove um espaço de troca de saberes, no qual as famílias são reconhecidas como agentes ativos de transformações, favorecendo o empoderamento e a construção conjunta de soluções para a reintegração familiar.

Nesse sentido, a utilização do “Pote das emoções” como ferramenta lúdica proporcionou um ambiente de reflexão e autoconhecimento, especialmente em relação à figura materna, sendo essencial para o desenvolvimento da estabilidade emocional e fortalecimento da comunicação familiar. Contudo, uma limitação significativa dessa experiência foi o tempo restrito de acompanhamento, que se restringiu a apenas quatro visitas, sendo insuficiente para consolidar um trabalho mais aprofundado de autogestão emocional. Autores ressaltam que intervenções em contextos familiares vulneráveis demandam tempo, sensibilidade e um diálogo constante que reconheça as famílias como protagonistas de sua transformação (Freire, 2018; Furlan; Lima, 2021; Franco et al., 2024). Assim, para além de práticas pontuais, é fundamental que futuras intervenções incorporem acompanhamentos prolongados, com estratégias que incluam suporte emocional contínuo, espaços regulares de escuta ativa e o fortalecimento das redes de

apoio social, garantindo um processo mais efetivo de autogestão emocional e consolidação dos vínculos familiares.

Além disso, as relações conturbadas da mãe com o ex-companheiro culminaram em um episódio de ruptura emocional durante o processo, resultando na destruição do "pote das moções", o que comprometeu o progresso da intervenção. Esse evento evidencia como o contexto relacional familiar pode impactar negativamente a continuidade de práticas terapêuticas e de autoconhecimento, tornando-se um desafio adicional no fortalecimento dos vínculos afetivos, que manifesta-se por resistências e dificuldades para lidar com sentimentos dolorosos, especialmente quando essas questões familiares externas interferem diretamente no seu processo de autoconhecimento e mudança.

Nesse sentido, o Programa evidencia o valor das práticas extensionistas no âmbito acadêmico, ao integrar a teoria à prática e contribuir para transformações sociais. O ACONCHEGO não apenas impacta as famílias envolvidas, mas também serve como modelo de ação para políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos laços familiares e à promoção de condições que favoreçam o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Desse modo, a incorporação de outros programas de apoio pode ampliar essa rede de suporte mútuo, possibilitando que o trabalho seja construído de forma multidisciplinar, envolvendo diversas iniciativas que atuem em conjunto com as casas de acolhimento e os serviços de assistência social. Essa articulação favorece um acompanhamento mais abrangente, que contribua para suprir lacunas existentes e ofereça diferentes perspectivas profissionais, potencializando assim a eficácia das intervenções e promovendo um cuidado mais integral.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio financeiro da Universidade Federal de São João Del Rei- Pró-reitoria de Extensão (PROEX) por meio do Edital 008/2023/UFSJ/PROEX.

## REFERÊNCIAS

ACIOLI, R. M. L.; et al. Tempo de acolhimento e características dos adolescentes acolhidos por tipo de serviços institucionais: Recife, Brasil, 2009-2013. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 553-562, fev. 2019.

BARBOSA, Nayara Gonçalves; ZANETTI, Ana Carolina Guidorizzi; SOUZA, Jacqueline de. Genograma e ecomapa como estratégias lúdicas de ensino de enfermagem na Atenção Primária à Saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 74, p. e20201106, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben>. Acesso em: 27 jul. 2024.

BRACKETT, M. R. *Permission to Feel: Unlocking the Power of Emotions to Help Our Kids, Ourselves, and Our Society Thrive*. Celadon Books, 2019.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em: 30 jul. 2024.

CZELUSNIAK, C. B. et al. Implicações da prática profissional no acolhimento institucional de crianças: perspectiva de cuidadoras. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, 2023.

DA SILVA, Gisele Maria et al. Adoção tardia: processo de adaptação do filho sob o olhar dos pais adotivos. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, p. e295111335343, 2022.

DA SILVA, Jaqueline Moura et al. Inteligência emocional. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 1, p. 4152-4162, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com.br>. Acesso em: 28 jul. 2024.

DA SILVA, Mauri Alves et al. Neurociência: uma abordagem sobre as emoções e o processo de aprendizagem cerebral. **Revista Amor Mundi**, v. 4, n. 9, p. 47-58, 2023.

OLIVEIRA PARRA, Ana Carolina; DE OLIVEIRA, Jaqueline Alves; MATORANA, Ana Paula Moraes. O paradoxo da institucionalização infantil: proteção ou risco?. **Psicologia em Revista**, v. 25, n. 1, p. 155-175, 2019.

DOURADO, Michelle; ROAZZI, Antonio; NASCIMENTO, Alexsandro Medeiros; CAMPELLO DE SOUZA, Bruno; MASCARENHAS, Suely. A influência das práticas parentais no desenvolvimento da criança: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas e Comportamentais**, v. XXII, p. 282-309, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 25 jul. 2024.

FAVERO, Eunice. Famílias de crianças em acolhimento institucional: desproteção e invisibilidade social. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 3, n. 19, p. 58-73, out. 2020.

FERREIRA, F. O.; FONSECA, M. E.; NUNES, A. L. Inteligência emocional e suas influências na gestão de conflitos. **ID Online: Revista de Psicologia**, v. 17, n. 68, p. 123-135, 2023. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/article/view/3863>. Acesso em: 30 jul. 2024.

FIGUEIREDO, Carla Caroline Morais et al. A destituição da autoridade parental e a manutenção do vínculo afetivo como Direito fundamental à convivência familiar. 2020.

FRANCO, Elaine Cristina Dias et al. Famílias de crianças e adolescentes institucionalizados: ações educativas como medidas essenciais. **Revista Extensão em Foco**, Curitiba, n. 32, p. 97-111, jan./jun. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ef.v0i32.91238>.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. 63. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREITAS, Patrícia Martins de et al. Influência das relações familiares na saúde e no estado emocional dos adolescentes. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 12, n. 4, p. 95-109, dez. 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-093X2020000400009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2020000400009). Acesso em: 30 jul. 2024.

FURLAN, Vinicius; LIMA, Aluísio Ferreira de. Cultura de institucionalização de crianças e adolescentes: um problema para a psicologia. **Revista de Psicologia Política**,

v. 21, n. 50, p. 239-252, 2021. Disponível em: <https://www.revpsicolpolitica.org/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

GOLEMAN, Daniel. Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

GOLEMAN, Daniel. O cérebro e a inteligência emocional: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

GOLEMAN, Daniel. Trabalhando com a inteligência emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LIMA, José Luciano Pires; LEITE, Glauber Salomão. A adoção tardia sob a perspectiva do princípio do melhor interesse do menor. **Caderno de Graduação-Humanas e Sociais-UNIT-PERNAMBUCO**, v. 4, n. 2, p. 61-61, 2019.

MONTEIRO, Bruna Nazaré Silva et al. Crianças em acolhimento institucional: dificuldades e possibilidades para a reinserção familiar. **Pensando Famílias**, v. 24, n. 1, p. 128-143, 2020.

NAZAR, T. C. G. et al. Efeitos do Programa de Qualidade na Interação Familiar em pais e mães de crianças institucionalizadas: intervindo nas práticas parentais. **Pensando Famílias**, v. 24, n. 2, p. 209-223, dez. 2020.

NOGUEIRA, R. B. DE A.; DESLANDES, S. F.; CONSTANTINO, P. A medida protetiva de acolhimento institucional de crianças e adolescentes na perspectiva dos estudos nacionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 7, p. e02902024, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

PALINHOS, Maria Gonçalves. Do acolhimento residencial à reintegração familiar. 2022. Dissertação de Mestrado. ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa (Portugal).

QUIRINO, Túlio Romério Lopes et al. A visita domiciliar como estratégia de cuidado em saúde: reflexões a partir dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica. **Revista Sustinere**, v. 8, n. 1, p. 253-273, 2020. Disponível em: <https://www.revista.sustinere.uerj.br>. Acesso em: 27 jul. 2024.

RODRIGUES, Luiz Henrique Fortunato; PREBIANCHI, Helena Bazanelli. Estresse e estratégias de enfrentamento em crianças e adolescentes em acolhimento institucional em casas lares. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, n. spe3, p. e192765, 2021.

SALVAGNI, J. M.; PEDROZA, R. L. S. Acolhimento familiar, articulação de rede e reintegração familiar: reflexões a partir da prática. **Revista Desenvolvimento Social**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 170-196, jul. 2021. Disponível em: <https://www.unimontes.br>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SANTOS, A. F.; OLIVEIRA, I. da S.; COSTA JÚNIOR, J. F.; HUBER, N. Influência Social: a pesquisa acadêmica de impacto. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 21, n. 4, p. 625-640, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/riaes/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SILVA, Gisele Maria da; et al. Adoção tardia: processo de adaptação do filho sob o olhar dos pais adotivos. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, p. 1-15, 2022.

UNICEF. Child Protection: Adolescent Development. [S. l.: UNICEF, 2021].

---

Recebido em: 17/02/2025.

Aceito em: 16/07/2025.